

Bóias-frias: a necessidade de uma análise objetiva.

Embora a greve dos bóias-frias tenha acabado de maneira surpreendente, diante de sua decisão de aceitar um acordo que não atende nem de longe suas pretensões iniciais, a região canavieira de São Paulo continuará sendo um foco permanente de problemas sociais e políticos. Os incidentes das últimas semanas somente não foram mais graves porque a greve ocorreu, justamente, no período da entressafra. Mas para maio próximo, quando serão iniciados o corte, a colheita e o envio da cana para as usinas, as diferentes lideranças sindicais que disputam entre si o monopólio no controle dos trabalhadores da área já estão anunciando novas campanhas reivindicatórias, sob ameaça de manifestações de protesto e paralisação do trabalho.

Por isso, as tensões crescentes numa área até o ano passado calma e pacífica exigem uma análise serena e capaz de não confundir os efeitos — os choques entre policiais e grevistas, as tentativas de saques, etc. — com as causas. Acreditar que o PT é o responsável direto e exclusivo pela violência na região é superestimar demais sua capacidade de promover agitação. Acusar os proprietários rurais de não respeitar o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, estendendo ao campo o que o operariado urbano havia conquistado quase 25 anos antes, é passar ao largo do problema.

A verdade é que os radicais encontraram nos canaviais e nas usinas de açúcar da região de Ribeirão Preto o que os marxistas costumam chamar de condições objetivas para a deflagração de um processo de agitação. Ali, a tensão é tão grande e os problemas sociais e trabalhistas são de tal complexidade que, para os ativistas políticos, basta um pouco de proselitismo ideológico para acender o rastilho da sublevação de uma categoria de trabalhadores que, inegavelmente, vive em condições miseráveis.

Não se pode tratar os incidentes da última greve dos bóias-frias como um fenômeno isolado da extraordinária expansão industrial brasileira destas últimas três décadas nem como um problema específico localizado numa das regiões mais ricas do País. Pelo contrário, a exemplo do que ocorreu com o ABC nos anos 70, a pequena cidade de Guariba converteu-se no símbolo da complexidade da problemática sócio-econômica e política nacional nos anos 80, expressando as contradições de um país profundamente caracterizado e marcado pelas desigualdades regionais, setoriais e sociais.

O "fenômeno Guariba" reflete, com bastante clareza, um tipo de desenvolvimento econômico acelerado que, justamente por ter apresentado resultados positivos em termos quantitativos, produziu consequências qualitativas inéditas e inesperadas. Senão vejamos: há alguns anos, por exemplo, o grande problema da economia nacional era o energético, em face do impacto da elevação do preço do petróleo sobre o nosso balanço de pagamentos. Pois bem: a implementação e a execução do Proálcool foram coroadas de êxito, é certo, mas seu sucesso revolucionou as estruturas fundiárias, seja pela forma como se deu a industrialização da cana, seja pelo modo como foram desaparecendo de cena os pequenos proprietários rurais, que hoje arrendam suas fazendas aos usineiros.

Ao contrário das antigas lavouras, que não ensejavam uma grande concentração de trabalhadores, a transformação do álcool em combustível abriu caminho para a formação de um complexo parque agroindustrial num pequeno espaço de tempo, que se caracteriza, de um lado, pela sofisticação de sua tecnologia e, de outro, por empregar maior quantidade relativa de trabalhadores temporários. Sem emprego fixo e sem nenhum grau de especialização, não tendo roça para cultivo próprio e sendo obrigados a morar nos centros urbanos das regiões

canavieiras, esses trabalhadores constituem um novo tipo de proletariado: eles têm expectativas de melhoria do nível de vida próximas das dos trabalhadores das indústrias tradicionais, mas nem dispõem de emprego no mesmo lugar durante todo o ano, não contando dessa maneira com benefícios sociais, nem dispõem de um mínimo de habilitação profissional para disputar melhores trabalhos nas cidades em que residem.

Em suma: desqualificados para as exigências do trabalho urbano, eles não têm acesso aos empregos eventualmente disponíveis nos locais em que moram. E, como suas únicas oportunidades de trabalho são sazonais, nas entressafras eles são obrigados a perambular como nômades em busca de alguma ocupação, levando uma vida miserável, ainda que ganhem remuneração razoável pelo plantio e corte da cana. Segundo a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, metade dos bóias-frias sai de casa sem ter ingerido absolutamente nada; cerca de 30% parte para o trabalho apenas com uma xícara de café puro; e somente os 20% restantes tomam café com pão. Um filho de bóia-fria de 13 a 14 anos pesa entre 35 e 40 quilos, enquanto um adolescente em São Paulo da mesma faixa etária pesa de 55 a 60 quilos. Trabalhando desnutridos, os bóias-frias têm sua capacidade física diminuída em 50% em relação ao homem da cidade.

Eis aí, em poucas palavras, as condições objetivas que fazem das regiões de grande concentração de bóias-frias um foco explosivo de tensões. A possibilidade de trabalharem juntos a cada nova safra lhes propiciou uma certa auto-identificação como trabalhadores da cana — e, a partir daí, passaram a mobilizar-se para fazer reivindicações trabalhistas, constituindo assim conflitos inéditos tanto para a legislação vigente quanto para os próprios proprietários da terra. Estes, ainda acostumados com a passividade dos antigos trabalhadores que viviam em suas colônias, nem estão preparados para dialogar e negociar com os bóias-frias nem são capazes de entender como e por que as relações com os trabalhadores, que, na maioria dos casos, não são seus empregados, estão mudando. De mentalidade ruralista, e sem uma formação empresarial moderna, tendem a confundir causas e efeitos, isto é, imaginam estar sendo vítimas de conspirações comunizantes, tendendo, assim, a reagir de maneira arbitrária, alimentando o círculo vicioso da violência — o que, por sua vez, abre espaço para o proselitismo do PT, que não perde ocasião para perseguir seus objetivos totalitários.

O "fenômeno Guariba" é irreversível. Portanto, é preciso agora que as autoridades, os usineiros, os proprietários da terra e as lideranças dos próprios trabalhadores tenham consciência de que a ordenação dos direitos e deveres de cada um exige, antes de tudo, um processo de entendimento e experimentação. Caso contrário, se não perceberem que as leis quando muito podem estabilizar e legalizar mudanças já ocorridas, e que toda mudança estrutural é sempre resultado de ação extralegal, eles estarão transformando a região num barril de pólvora.

(Página 4)